



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 3582/2013

PROCEDIMENTO MPF Nº 1.33.000.003271/2012-62

ORIGEM: PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTA CATARINA

PROCURADOR OFICIANTE: ROGER FABRE

RELATOR: CARLOS AUGUSTO DA SILVA CAZARRÉ

MATÉRIA: Peças de Informação instauradas a partir de representação formulada pela Coordenadora Estadual do Movimento Negro Unificado. Relato de que, em 09/09/2012, no Bairro Monte Cristo, Florianópolis/SC, foi realizada diligência da Polícia Militar em uma residência de família negra, ocasião em que a guarnição teria mandado desligar o aparelho de som, motivando protesto das pessoas que participavam de uma festa no local. Uso de *spray* de pimenta, disparos de arma de fogo e de borracha, agressões físicas, ofensas verbais e ameaças por parte de policiais militares. Revisão de declínio (Enunciado nº 32 da 2ª CCR). Inexistência de elementos que denotem ofensa a bens, serviços ou interesse da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas. Eventuais ilícitos praticados por policiais militares em detrimento da integridade física e moral de pessoas do povo. Ausência de atribuição do Ministério Público Federal para dar prosseguimento da persecução penal. Homologação do declínio de atribuições ao Ministério Público Estadual.

HOMOLOGAÇÃO DO DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES
AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

Não ocorrendo, com a infração penal, prejuízo a bem, serviços ou interesse direto e específico da União, suas entidades autárquicas ou empresas públicas, não se firma a competência da Justiça Federal, e, conseqüentemente, falece atribuição ao Ministério Público Federal para atuar no caso. Inteligência do art. 109, inc. IV, da Constituição da República.

A 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, atenta ao que consta dos autos, HOMOLOGA O DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÃO, acolhendo, como razões de decidir, os fundamentos invocados pelo Membro do *Parquet* Federal às fls. 06/08.

Devolvam-se os autos à origem, com as homenagens de estilo, para remessa ao Ministério Público Estadual.

Brasília/DF, 6 de maio de 2013.

Carlos Augusto da Silva Cazarré
Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR

/LC.